Egídio Viganò

**CONVOCAÇÃO DO CAPÍTULO GERAL 23**

Atos do Conselho Geral

Ano LXIV – OUTUBRO-DEZEMBRO, 1988

N. 327

Introdução – Convocação constitucional – Caráter próprio do CG 23 – O tema proposto: sua escolha e seu significado – As tarefas de educação à fé indicadas pelas Constituições – Os desafios dos novos tempos – A tarefa “pastoral” da comunidade salesiana – O trabalho do próximo Capítulo Inspetorial – Para concluir.

Roma, 6 de agosto de 1988.

*Festa da Transfiguração do Senhor*

*Queridos Irmãos,*

entre os múltiplos dons recebidos neste Ano centenário de graça está também a convocação do próximo Capítulo Geral: será o 23º.

Dom Bosco dava particular importância aos Capítulos Gerais. Presidiu os primeiros quatro (1877, 1880, 1883, 1886; na época – até 1904 – o CG era convocado a cada três anos). Na carta em que reunia o primeiro Capítulo Geral lembrou aos irmãos que “nós estamos fazendo algo da maior importância para a nossa Congregação... Não temos outra finalidade nestas reuniões que a glória de Deus e a salvação das almas... Queremos colocar o Capítulo debaixo da proteção especial de Maria Santíssima”.[[1]](#footnote-1)

As atuais Constituições nos dizem que o CG “é o sinal prin­cipal da unidade na diversidade da Congregação”;[[2]](#footnote-2) através dele reunimo-nos como irmãos do mundo todo para crescer em fide­lidade ao Evangelho, a Dom Bosco e aos tempos.[[3]](#footnote-3) É um acontecimento comunitário de identidade, de unidade, de revisão, de pro­gramação, de presença salesiana dinâmica no Povo de Deus a ca­minho, que “entre tentações e tribulações” renova a si mesmo para ser luz e sal da terra.[[4]](#footnote-4) Nele toda a Congregação coloca-se numa atitude de docilidade ao Espírito do Senhor procurando “conhecer, em determinado momento da história, a vontade de Deus para melhor servir à Igreja”.[[5]](#footnote-5)

É, portanto, um dos maiores “tempos fortes” da nossa vida comunitária. Será bom ter consciência disso, sentir-se comprome­tidos na responsabilidade em nível mundial, participar ativamente em sua preparação partindo da realidade concreta da própria Inspetoria. Sendo um acontecimento de sintonia com o Espírito Santo, deverá suscitar antes de tudo um intenso clima de oração, acompanhado pelo zelo pastoral, pelo estudo, pela análise, pelo diálogo, por propósitos de respostas eficazes às atuais graves urgências.

Convocação constitucional

Sendo que as Constituições afirmam que “o Capítulo Geral é convocado pelo Reitor-Mor”,[[6]](#footnote-6) com esta Carta entendo exatamente convocar oficialmente o CG 23.

Na recente última sessão do Conselho Geral designei também o Regulador na pessoa do Secretário Geral Pe. Francisco Maraccani.

Escolhi depois o seguinte tema a ser tratado:

**“Educar os jovens à fé:**

**tarefa e desafio para a comunidade salesiana hoje”.**

Por fim nomeei a Comissão técnica que, junto com o Re­gulador, estabeleceu o itinerário de preparação e preocupou-se em promover “a sensibilização e a participação ativa dos sócios”.[[7]](#footnote-7) Os resultados do seu trabalho estão neste mesmo número dos Atos.

A seu tempo será nomeada também a Comissão pré-capitular que redigirá, sob a responsabilidade do Regulador, de acordo com o Reitor-Mor, as relações ou os esquemas a serem remeti­dos, com suficiente antecipação, aos participantes”.[[8]](#footnote-8)

“A convocação – dizem os Regulamentos – será feita pelo menos um ano antes da abertura do mesmo”.[[9]](#footnote-9) No Conselho Geral foram estudadas atentamente as possibilidades.

Portanto: o Capítulo realizar-se-á em Roma na Casa Geral em via della Pisana 1111, do dia 4 de março de 1990 por um pe­ríodo – assim espero – não mais de dois meses. Iniciará com os Exercícios Espirituais dos Capitulares para que se deixem opor­tunamente “guiar pelo Espírito do Senhor”.[[10]](#footnote-10)

O escopo principal do Capítulo[[11]](#footnote-11) não é só tratar adequa­damente o tema proposto, mas também aquele de exercer segundo as normas do direito a “autoridade suprema” que caracte­riza sua natureza. De fato, cabe ao Capítulo Geral “eleger o Rei­tor-Mor e os membros do Conselho Geral”.[[12]](#footnote-12)

É, esta, uma grave responsabilidade para a vida da Congre­gação e de projeção histórica; de fato trata-se de designar os responsáveis, por um sexênio, do ministério de unidade, de ani­mação e de governo da Congregação na Igreja e no mundo. É suficiente reler os artigos das Constituições que se referem aos diferentes aspectos em nível mundial do serviço da autoridade, entre nós, para compreender que é preciso desde já rezar, iniciar a discernir e dispor o interior para superar motivações ou sen­timentos impróprios com vistas a uma escolha tão vital.

Caráter próprio do CG 23

O CG 23 deveria fazer voltar a celebração capitular mundial ao ritmo “ordinário” seja em relação aos conteúdos seja à dura­ção dos trabalhos.

Após o CG 22, com a aprovação do texto reelaborado das Constituições pela Sé Apostólica e com a realização da nossa Regra de vida pelos últimos Capítulos Inspetoriais, concluiu-se um trabalhoso e fecundo período pós-conciliar, dedicado ao grande estudo de particularização da identidade salesiana na Igreja e à necessária aplicação “regulamentar” seja em nível geral seja inspetorial.

Agora, o Capítulo que se está preparando pode-se dizer “ordi­nário”, em relação aos anteriores Capítulos Gerais pós-conciliares. Pretende-se de fato concentrar a atenção dos irmãos sobre um argu­mento específico, de natureza operacional, considerado de par­ticular urgência para toda a Congregação, mas de certa maneira setorial, no sentido que não se refere à totalidade da vida salesiana.

Para repensar adequadamente a nossa identidade e evi­tar os perigos da superficialidade, os últimos três Capítulos Gerais nos enri­queceram com documentos de grande profundidade doutrinal que nos iluminam e nos guiam nas respostas a serem dadas aos desafios dos novos tempos. Confrontando-nos com esta riqueza de orientações, já oficialmente adquirida, somos agora chamados a verificar a assimilação e a projeção operacional.

A finalidade do CG 23 limita-se, portanto, a um aspecto mais imediatamente prático: verificar a eficácia da educação salesiana em relação à vida de fé dos jovens nossos destinatários, para depois rever com maior objetividade os Projetos educativo-pastorais de cada Inspetoria e das diferentes Casas.

Desta próxima Assembleia capitular esperamos um documento um tanto breve de Orientações operacionais.

O tema proposto: sua escolha e seu significado

— A “escolha” do tema nasceu da experiência vivida nestes anos, das dificuldades encontradas seja por parte dos jovens seja por parte da comunidade salesiana, mas também da solene pro­messa de fidelidade a Dom Bosco renovada em 14 de maio passado.

A educação dos jovens à fé tornou-se uma missão complexa, não só em algumas Inspetorias ou numa determinada área cultu­ral, mas um pouco em todas as Regiões. Certamente, não é um problema apenas da Congregação; ele atinge profundamente toda a Igreja. O seu alcance não depende exclusivamente de determina­das características da atual condição juvenil, mas procede de uma situação de cultura emergente numa hora de verdadeira “mudança de época”: “a humanidade vive hoje – afirmou o Concílio – um período novo da sua história, caracterizado por profundas e rá­pidas mudanças que progressivamente se espalham por todo o universo”.[[13]](#footnote-13)

É uma hora de novo início eclesial de grande responsabilidade e de empolgante compromisso histórico. Lembra-nos o famoso “passo à frente” de que falava profeticamente João XXIII no discurso de abertura do Concílio Vaticano II: o nosso dever, dizia, será “de dedicar-nos com alegre vontade e sem medo nesta obra, que o nosso tempo requer, continuando assim a estrada que a Igreja percorre já há quase vinte séculos”.[[14]](#footnote-14)

No Conselho Geral, chegou-se à escolha deste tema após longo discernimento. Iniciou-se em janeiro passado com a sugestão de vários assuntos pelos próprios Conselheiros. Depois, os Conselheiros Re­gionais fizeram uma sondagem informal entre os Irmãos e Inspetores das oito circunscrições trazendo, em junho, os resultados ao Conselho Geral. Ordenaram-se as propostas feitas; ouvido o parecer de todos e constatada a prioridade dada ao argumento da educação cristã, em 6 de julho o Reitor-Mor chegou à escolha do tema.

Houve no Conselho um longo diálogo de estudo, proposto desde o ano anterior, sobre alguns conteúdos deste argumento, considerado um problema urgente a ser enfrentado e aprofun­dado para ajudar as Inspetorias.

À escolha do tema seguiu-se depois uma longa discussão para melhor elaborar o enunciado, delimitar os conteúdos e estudar a maneira de apresentá-lo aos irmãos. Pôde-se assim oferecer à Co­missão técnica um material suficientemente definido, para que iniciasse o seu trabalho específico de serviço às Inspetorias.

— O significado do tema aparece claro em seu próprio enun­ciado. A educação da fé[[15]](#footnote-15) e à fé[[16]](#footnote-16) é o enfoque peculiar com que se deve analisar e aprofundar toda a problemática. Sair desta visão significaria situar-se fora do assunto. Será necessário, portanto, prestar atenção para não se deixar tentar por fáceis desvios laterais.

Para desenvolver o tema é preciso analisar pastoralmente e verificar salesianamente a realidade em que estamos trabalhando. Devemos olhar, portanto, concretamente, àqueles jovens que esta­mos educando em cada uma das nossas presenças locais para refletir sobre a problemática que apresentam em sua vida em relação à fé.

Há, a respeito, uma *tarefa* a ser desenvolvida; e há um *desafio* ao qual responder.

A “tarefa” é claramente indicada nas Constituições; o “desa­fio”, ou questionamentos, será acolhido pelas comuni­dades locais e pela Inspetoria de acordo com o pluralismo das obras, das situações sociais, das culturas e das conjunturas.

É bom saber distinguir entre dificuldades, podemos dizer, recorrentes e os desafios que provêm das novidades culturais que exigem um verdadeiro repensamento da metodologia e dos con­teúdos da educação à fé.

O tema não exclui, aliás certamente inclui (mas na visão espe­cífica do itinerário da fé), o trabalho educativo entre a juventude não cristã. O Santo Padre na Carta *Iuvenum Patris* lembrou-nos que “o aspecto da transcendência religiosa, base do método pedagógico de Dom Bosco, não só é aplicável em todas as culturas, mas é adaptável com fruto também entre as religiões não cristãs”.[[17]](#footnote-17)

Não se exclui, portanto, nenhum tipo de destinatários entre os quais trabalhamos, mas sublinha-se e verifica-se o aspecto es­pecífico “pastoral” e “missionário” de todas as nossas presenças em relação à fé dos jovens: somos sempre e em todo lugar “pas­tores e missionários dos jovens”! Educamos com o coração vol­tado para Cristo e levando os jovens gradualmente até Ele. Se não fosse assim, o centro do nosso espírito não seria mais a caridade pastoral; nem seria mais o “da mihi animas”, lema que nos define!

As tarefas de educação à fé indicadas pelas Constituições

As nossas Constituições afirmam explicitamente que “esta Sociedade, em seu início, era um simples catecismo! Também para nós a evangelização e a catequese são a dimensão funda­mental da nossa missão. Como Dom Bosco, somos chamados todos e em qualquer ocasião, a ser educadores da fé. Nossa ciência mais eminente é, pois, conhecer Jesus Cristo; e a alegria mais profunda, revelar a todos as insondáveis riquezas do seu minis­tério”.[[18]](#footnote-18) Eis a grande tarefa que nos define!

E os Regulamentos Gerais, falando do projeto educativo-pastoral, afirmam: “O projeto tenha como núcleo central um plano explícito de educação à fé, que acompanhe os jovens no seu desen­volvimento e coordene as diversas formas de catequese, as celebrações e os compromissos apostólicos”.[[19]](#footnote-19)

Estes dois artigos evidenciam plenamente o tema do CG 23.

Encontramos as tarefas a serem realizadas seguindo os grandes conteúdos e objetivos desta “dimensão fundamental da nossa missão” e o itinerário educativo a seguir, descritos nas mesmas Constituições: sobretudo do artigo 31 ao artigo 37.

A Comissão técnica explicitou os vários aspectos. Aqui, gos­taria de chamar a atenção, queridos irmãos, sobre alguns pontos nodais que deveriam ajudar a perceber o “estilo original” do compromisso educativo salesiano.

Convido-os a levar em consideração estes pontos: o “cuidado da unidade orgânica”, a “promoção da inteligência crítica”, o “cres­cimento do amor” e a “descoberta da alegria de viver”.

* O cuidado da unidade orgânica é um aspecto metodoló­gico e ao mesmo tempo de conteúdo. Nós o condensamos na expressão “evangelizar educando”.[[20]](#footnote-20) Lembrou-nos disso também o Papa em sua Carta: o estilo peculiar de Dom Bosco para a evan­gelização dos jovens situa-se “no interior do processo de forma­ção humana... (de maneira que) a fé se torne elemento unificador e iluminador de sua personalidade”.[[21]](#footnote-21)

Não é uma tarefa fácil: exige aprofundar a visão do mis­tério de Cristo “homem perfeito”, ter um coração ardente de ca­ridade pastoral e adquirir uma atenta e atualizada competência pedagógica em relação aos valores humanos em crescimento.

Com este cuidado da unidade orgânica nos comprometemos a resolver no início da mesma da vida pessoal o trágico conflito entre Evangelho e cultura.

O segredo está em jamais esquecer o elemento “unificador e iluminante” da fé e em fazê-la aceitar como fermento para o cres­cimento de toda a pessoa.

Também o Concílio sublinha esta capacidade unificadora e orgânica da fé: “os cristãos – exorta a *Gaudium et Spes* – sejam alegres, seguindo o exemplo de Cristo, que foi trabalhador, de poder explicitar todas as suas atividades terrenas, unificando os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos e técni­cos numa só síntese vital juntamente com os bens religiosos, sob cuja altíssima direção tudo é coordenado para a glória de Deus”.[[22]](#footnote-22)

* A promoção da inteligência crítica em relação à liberdade pessoal. É urgente educar ao autêntico sentido de pecado, do pecado pessoal que depende antes de tudo da própria vontade.

Hoje a consciência deste pecado está em perigosa decadên­cia. A inteligência crítica costuma ser promovida em relação às estruturas, à sociedade, a determinados sistemas econômicos ou políticos, esque­cendo a radical importância e responsabilidade da pessoa e da educação da sua liberdade.

Promover a inteligência crítica em relação à fé, significa en­dereçar o jovem pelo caminho da “conversão”, educá-lo aos valo­res da dignidade pessoal, da superação dos egoísmos, da recon­ciliação, da grandeza cristã de sermos penitentes, do aprender a perdoar sentindo-nos perdoados.

Dom Bosco dava grande importância a este aspecto; considerava-o uma das colunas da sua pedagogia.

Revitalizar o sacramento da Reconciliação é um objetivo in­dispensável na educação à fé!

— O crescimento do amor deve levar o jovem a compreender e a participar do maior ato que é a entrega de si na história: o sacrifício redentor de Cristo.[[23]](#footnote-23) A fé cristã está diretamente unida à Eucaristia. Já desde a primeira hora muitos discípulos não o compreenderam; o discurso do Senhor parecia verdadeiramente exagerado, mas “Jesus perguntou aos Doze: ‘Não quereis partir também vós?’. Respondeu Simão Pedro: ‘Senhor, a quem ire­mos? Só vós tendes palavras de vida eterna”.[[24]](#footnote-24)

Não se trata, aqui, de fixar-se na observância de normas (mesmo sendo importantes os preceitos da Igreja), mas de edu­car a mente e o coração dos jovens de maneira que apareça claramente a centralidade máxima da Eucaristia na vida de cada um e no clima do ambiente educativo.

Eis a outra coluna pedagógica fundamental proclamada por Dom Bosco e vivamente presente na sua prática educativa. Ela não pode ser enfraquecida por racionalizações inconsistentes. As tão exaltadas exigências a serem respeitadas na chamada pré-evangelização resultaram, de fato, no enfraqueci­mento de tipo secularista dos objetivos a alcançar na edu­cação à fé, com consequências negativas para os próprios educa­dores. Certamente – como dizem as Constituições – “imitando a paciência de Deus, encontramos os jovens no ponto em que se acha a sua liberdade”. Porém acrescentam também: “acompanha­mo-los para que eles amadureçam convicções sólidas e se tornem progressivamente responsáveis no delicado processo de cresci­mento de sua humanidade na fé”.[[25]](#footnote-25)

Se a nossa educação não se dedicar a fazer crescer o amor, nunca formaremos personalidades fortes. E a educação ao ver­dadeiro amor passa necessariamente através da Eucaristia.

— A descoberta da alegria de viver pede, enfim, que se saiba captar o sentido da vida como “vocação”.

Todo jovem é um projeto-homem a ser descoberto e realizado à luz da consciência pessoal de ser “imagem de Deus”. Se a digni­dade da pessoa é a sua liberdade, e se a perfeição da liberdade é o exercício vivido do amor, a vocação de todo jovem consistirá em saber projetar a vida e uma conduta de vida feita de amor. O principal inimigo da existência como vocação é a mentalidade egoísta.

Nós – dizem as Constituições – “educamos os jovens a desenvolverem a própria vocação humana e batismal como uma vida quotidiana progressivamente inspirada e unificada pelo Evan­gelho”.[[26]](#footnote-26) Não há necessidade de demorar aqui na apresentação da multiplicidade das vocações humanas e cristãs. Penso, porém, ser necessário sublinhar a urgência atual de saber individualizar e fazer amadurecer numerosas vocações à vida consagrada (mas­culina e feminina), ao sacerdócio ministerial e a um laicato generosamente comprometido; e, portanto, insistir sobre a importân­cia desta proposta vocacional na educação à fé.

Nunca esqueçamos, nem como indivíduos nem como comuni­dade a serviço dos jovens, que “este trabalho de colaboração com os desígnios de Deus (é) coroamento de toda a nossa ação educativo-pastoral”.[[27]](#footnote-27)

Os desafios dos novos tempos

Dizia, antes, que os desafios que interpelam a educação à fé devem ser individuados e avaliados em cada uma das comuni­dades e Inspetorias, em conformidade ao pluralismo das obras, das situações e das culturas. Há, porém, alguns grandes desa­fios nascidos dos sinais dos tempos que já têm um alcance mun­dial e que exigem uma nova evangelização, certamente atribuindo sempre às verdades da fé – como dizia João XXIII na já citada alocução – “o mesmo sentido e o mesmo valor. Será necessário dar muita importância a esta modalidade e, se for necessário, será preciso insistir com paciência na sua elaboração”.[[28]](#footnote-28)

Esta exigência de “nova evangelização”, que significa também “nova educação”, interpela-nos bem de perto e mede a nossa capacidade de reatualizar o nosso carisma na Igreja. Nós Sale­sianos somos, ou deveríamos ser, no Povo de Deus, especialistas em metodologia educativa!

Infelizmente, assistimos na Igreja, após o Concílio, a desvios sob a bandeira do integrismo ou de ideias progressistas que ferem a autenticidade da fé: ou por resistência ao Vaticano II, como no triste desfecho de Lefebvre, ou por impulsos ideológicos de tipo mundano ou secular, como em certas interpreta­ções de pensadores perigosamente ambíguos. Este fato deve alertar-nos para sabermos buscar a nova maneira de evangelização na máxima fidelidade à revelação de Cristo.

Penso que os grandes desafios universais de novidade se apre­sentam, sobretudo, em dois níveis complementares: o da “dimen­são pessoal” e o da “dimensão social”.

— A dimensão pessoal foi muito enriquecida nestes anos pelo aprofundamento do eu, pelo maior conhecimento dos valores da liberdade, pelos progressos nas ciências da bio­logia humana e no significado e valor da sexualidade, pela promoção da mulher, pela importância dada à vida e à sua promoção, pelo tempo de amadurecimento do jovem e da sua inserção na sociedade (a juventude prolongou-se, de fato, por quase dez anos em relação aos tempos de Dom Bosco).

Eis por que, por um lado, o “processo de personalização” foi se aprofundando com problemáticas verdadeiramente inéditas e nem sempre tomadas suficientemente em consideração pelos mé­todos tradicionais de educação à fé; e, por outro lado, o progresso das ciências antropológicas trouxe consigo muitas interrogações e problemas, sobretudo em relação à visão cristã da conduta moral, provocando uma desorientação prática nas atitudes de vida do fiel. É suficiente pensar que entre as ciências da fé, a que mais sentiu a crise é a Teologia Moral.

No entanto, a educação à fé procura traduzir-se em conduta de vida, com a valorização e desenvolvimento de todos os aspectos humanos, com claro sentido do pecado, com um estilo de exis­tência que se torne verdadeiramente “testemunho”.

Abre-se, portanto, um campo vasto e complexo, rico de novi­dades, com urgência de evangelização.

— A dimensão social é um horizonte de no­vidade mais ampla. As palavras “participação”, “solidariedade”, “comunhão”, “democracia” unidas à grande “política do bem comum”, “paz”, “justiça”, “comunicação social”, “equilíbrio ecológico” etc. suge­rem temas geradores de múltiplos aspectos a serem repensados profundamente com uma mentalidade bem renovada.

A mesma Congregação para a Doutrina da Fé confirmou-nos recentemente que “um desafio sem precedentes é lançado hoje aos cristãos que trabalham para realizar a ‘civilização do amor’... Requer (isto) uma nova reflexão sobre o que constitui a relação do mandamento supremo do amor com a ordem social conside­rado em toda a sua complexidade”.[[29]](#footnote-29)

Hoje, portanto, na educação à fé, será necessário saber pene­trar nesta verdadeira constelação de novos valores sociais, reser­vando um espaço determinado e sempre atualizado ao Ensina­mento social do Magistério.

São conhecidos, negativamente, certos desvios de moda neste campo (manipulações e instrumentalizações) e, positivamente, o perspicaz discernimento e o peculiar estilo feito de atitude trans­cendente, mas concreto de Dom Bosco. O artigo 33 das Constituições indica claramente os conteúdos e as exigências: nós parti­cipamos da opção preferencial pelos pobres e dos esforços de promoção social e coletiva “na qualidade de religiosos” dedicados com estilo salesiano, no campo fundamental da cultura, na obra educativa “conservando-nos independentes de qualquer ideologia e política partidária”.[[30]](#footnote-30)

Os desafios dos novos tempos obrigam certamente a escla­recer, atualizar e renovar as nossas atividades concretas de edu­cação à fé.

A tarefa “pastoral” da comunidade salesiana

“Viver e trabalhar juntos – dizem-nos as Constituições – é para nós salesianos exigência fundamental e caminho seguro para realizarmos a nossa vocação”.[[31]](#footnote-31) A tarefa da educação à fé é assumida e atuada em primeiro lugar pela comunidade (inspetorial e local) e partilhada por cada um dos seus membros, segundo as diferentes incumbências que lhes são atribuídas.[[32]](#footnote-32) O CG 23 procura fazer refletir seriamente sobre essa concreta res­ponsabilidade comunitária. O segredo da renovação que se espera com o próximo Capítulo encontra-se exatamente aí: não tanto no redimensionamento das obras (tarefa também particularmente importante), quanto no repensar e no renovar a missão, ou seja, na qualidade pastoral das nossas atividades. É esta a “novidade de presença” que devemos procurar antes de mais nada, em cada obra nossa.

Eis o sentido pelo qual se convoca a comunidade salesiana a elaborar e aplicar o seu renovado projeto educativo-pastoral.[[33]](#footnote-33) O tema quer dar ênfase à comunidade, porque é ela a primeira responsável da educação dos jovens à fé. Será importante ter o cuidado de não sair distraidamente do assunto entrando na complexa problemática comunitária. A única pers­pectiva sobre a qual refletir permanece sempre a educação à fé, como tarefa pensada, programada, avaliada e reelaborada por uma comunidade salesiana inserida num lugar definido, com suas específicas características socioculturais e eclesiais, e responsá­vel por uma obra que tem finalidades educativas e pastorais próprias.

Evidentemente a avaliação desta tarefa fundamental da co­munidade focalizará a função “pastoral” do Inspetor, do Diretor, dos Animadores e de cada um dos Irmãos.

Será um exame de capacidade pastoral!, tendo no centro a medida do “discernimento pastoral da comunidade”.[[34]](#footnote-34) Avaliaremos qual é a contribuição pastoral de todos no trabalho educativo, na animação, no uso dos meios, nas iniciati­vas a serem estimuladas, nas dificuldades a serem superadas, nos desafios aos quais responder “hoje e aqui”.

Queremos relançar com todas as forças, após a volta às fon­tes graças ao Centenário, a atitude do “da mini animas”, teste­munhada com originalidade pastoral e pedagógica por Dom Bosco.

O fato de nos localizarmos num território definido com uma mo­dalidade específica de presença, orienta a avaliação da comunidade salesiana nas suas relações com a Igreja local e com o ambiente humano ao seu redor. De fato, “a comunidade salesiana atua em comunhão com a Igreja particular. É aberta aos valores do mundo e atenta ao contexto cultural em que desenvolve sua ação apostólica”.[[35]](#footnote-35) Portanto, será necessário levar em conta tanto a cami­nhada eclesial feita pela pastoral da região, quanto a condição e o futuro sociocultural do ambiente.

Em cada uma das nossas obras, ainda, a comunidade sale­siana é chamada a ser “centro propulsor” de uma mais ampla “comunidade educativa”: “a atuação do nosso Projeto – dizem os Regulamentos – exige, em todos os ambientes e obras, a for­mação da comunidade educativo-pastoral. Seu núcleo animador é a comunidade religiosa”.[[36]](#footnote-36) Abre-se, assim, um discurso mais amplo, bem atual e exigente; nele há uma clara referência aos leigos que colaboram conosco e aos próprios jovens, pedindo uma reflexão sobre a sua formação pedagógico-espiritual-apostólica e sobre a nossa capacidade de animá-los.

Se pensarmos ainda que, na visão ampla de Dom Bosco, a educação à fé realiza-se não só dentro da comunidade educativa, mas vai além, influenciando a paróquia, o bairro, a região, a cidade, a diocese, então se deve pensar também na importância da animação dos Cooperadores e Ex-alunos que trabalham pela fé no lugar onde se situa a comunidade salesiana.

Este dirigir a atenção aos fiéis leigos é hoje de grande atualidade eclesial e, para nós, também um apelo constitucional à renovação, com clara referência às Associações dos Cooperadores salesianos e dos Ex-alunos de Dom Bosco.[[37]](#footnote-37) Este aspecto também deverá ser estudado na visão do tema capitular. Não se trata, de fato, de entrar aqui na problemática da Família Sale­siana; mas, pressupondo a sua renovação e vitalidade, de avaliar e estimular a iniciativa educativa e pastoral no contexto do lugar.

É importante considerar a influência de todo o carisma de Dom Bosco na paróquia, no bairro, na cidade ou na região, com a visão dinâmica, eclesial e social do nosso Fundador.

Esta consciência de corresponsabilidade e sintonia eclesial relança a amplitude e redefine verdadeiramente os aspectos da atividade salesiana das nossas presenças: coragem, queridos Inspetores e Diretores!

O trabalho do próximo Capítulo Inspetorial

O Capítulo Inspetorial é, na afirmação das Constituições, “a assembleia representativa dos irmãos e das comunidades locais”.[[38]](#footnote-38) A sua natureza e as suas competências são diferentes das do Capítulo Geral: não detém nem exerce “autoridade suprema” na Inspetoria,[[39]](#footnote-39) não é fonte de autoridade na Congregação, e possui competências bem definidas pelas Constituições.[[40]](#footnote-40) Em via ordinária é convocado pelo Inspetor a cada três anos.[[41]](#footnote-41) Portanto, normalmente, no mandato de um sexênio cada Inspetor con­voca dois deles: um “em preparação ao Capítulo Geral”, e outro “intermédio”.

Houve, num primeiro momento pós-conciliar, a tendência a pedir uma convocação mais frequente dos Capítulos Inspetoriais (havia propostas para cada dois anos, e até para cada ano). Mas, depois, constatou-se a razoabilidade do ritmo trienal. O grande trabalho destes últimos vinte anos, que depois se reverteu sobre os Capítulos Inspetoriais, chamados a uma intensa ativi­dade para reelaborar a Regra de vida (também com a convocação de Capítulos Inspetoriais “especiais”), pode ter levado ao risco de certa saturação. É conveniente saber reagir.

Considerando a natureza própria do Capítulo Inspetorial e tendo em conta a reelaboração já terminada da nossa Regra de vida, é preciso ter bem claro o seu significado eminentemente co­munitário, a sua importância a cada três anos e a consequente responsabilidade que interessa cada irmão e cada comunidade.

O fato de o próximo CG 23 voltar ao âmbito, por assim dizer, do “ordinário” deveria ter as suas repercussões também sobre a modalidade de celebração dos Capítulos Inspetoriais.

De fato, é conveniente fazer certa distinção prática entre o Capítulo Inspetorial convocado sobretudo para “preparar o Capítulo Geral” e o “intermédio”, reunido exatamente para refletir sobre o bom andamento da Inspetoria. No primeiro, o centro e os principais trabalhos a serem feitos referem-se à pre­paração do Capítulo Geral, mesmo se não são excluídos os pro­blemas inspetoriais mais urgentes. No segundo, dedicar-se-á, no entanto, a examinar e aprofundar mais adequadamente o cami­nho da Inspetoria. Esta distinção prática poderá servir para su­perar o perigoso aspecto do desinteresse ao qual acenei, e assegurar a seriedade dos Capítulos Inspetoriais e a agilizar a sua celebração.

Uma coisa, em todo caso, fique bem clara: o próximo Capí­tulo Inspetorial deverá dedicar-se principalmente a tratar do tema da educação dos jovens à fé.

Peço, portanto, a todos os irmãos e a cada comunidade local que considere como tempo privilegiado de corresponsabilidade mundial a preparação e a celebração do próximo Capítulo Inspe­torial. O tema da educação dos jovens de hoje à fé torne-se verdadeiramente um assunto de reflexão, diálogo, busca, avaliação, propostas para cada comunidade local e para cada irmão. Atingimos aqui a própria alma da missão salesiana; me­dimos a nossa fidelidade ao Fundador e a nossa criatividade pas­toral; determinamos o grau de comunhão eclesial que nos define; avaliamos o verdadeiro amor que nos faz viver pelos jovens; evi­tamos os perigos das ideologias e o nivelamento de algumas ten­dências pseudocientíficas. Convido-os, portanto, queridos irmãos, a darem grande importância à preparação deste Capítulo: com a oração, o estudo e a reflexão, com a avaliação, o discernimento dos desafios e as propostas.

Gostaria de insistir, de maneira particular, sobre a capaci­dade de perceber os sinais positivos da novidade cultural em que vivemos e os valores de crescimento humano testemunhados e proclamados pelos jovens de hoje. Os sinais dos tempos possuem em sua raiz o impulso do Espírito do Senhor. Não nos empurram para baixo, mas fazem subir! Se aumentou o peso do pecado, cresceu também o sentido genuíno do Evangelho e a sua fecunda fermentação para o crescimento em humanidade. Constatamo-lo na vida da Igreja e na renovação da Congregação.

A “criação” do Pai, que é efusão de bem, move-se num devir crescente; a “redenção” do Filho, que é vitória da fé, aumenta o seu processo benéfico de libertação pessoal e social; a “santifi­cação” do Espírito, que é poder de transformação, vai continua­mente se realizando nos corações e nas comunidades. É coisa de pessimistas míopes não perceber que o amor de Deus envolve o homem nos sinais dos tempos, no Concílio Vaticano II, na reno­vação da Igreja, na reatualização dos carismas (particularmente, para nós, o de Dom Bosco), na criatividade pastoral, no en­tusiasmo de preparação para o início do terceiro milênio de fé cristã.

Sem dúvida, o mal cresce de maneira sofisticada. Todavia, Deus chamou-nos a lutar, e deu-nos a energia e o exemplo, assegurando-nos também, com luminosidade pascal, que “todo aquele que nasceu de Deus venceu o mundo. E esta é a vitória que venceu o mundo: a nossa fé. De fato, quem pode vencer o mundo, senão aquele que acredita que Jesus é o Filho de Deus?”.[[42]](#footnote-42)

Para concluir

Gostaria de lembrar, queridos irmãos, a distinção proposta pelo CGE entre “missão” e “pastoral”.

A “missão” é idêntica e imutável em todas as culturas e em cada situação; a “pastoral” “é a concretização operativa da missão sob a guia dos ‘pastores’. Isto supõe sensibilidade aos sinais dos tempos e sentido de adaptação a determinado momento histórico e à situação local. Segue-se necessariamente um pluralismo de ‘pastorais’, isto é, de opções concretas da Igreja (universal e local) no tríplice serviço ‘profético’, ‘litúrgico’ e ‘de guia’ da co­munidade. Assim se explicam as diferentes pastorais: de idade, sexo, contexto sociológico, grau de fé, a pastoral de conjunto do lugar”.[[43]](#footnote-43) A renovação da nossa missão está intimamente ligada à pluralidade das nossas pastorais. Esta pluralidade já é, entre nós, ponto pacífico. Constitui o ponto de partida dos próximos tra­balhos capitulares.

Entretanto, o enfoque do tema proposto não se refere a essa plura­lidade; supõe-na e valoriza-a como realidade viva sobre a qual concentrar-se, tendo em vista, porém, o discernimento de outro aspecto: o da qualidade pastoral nas atividades específicas de cada comunidade salesiana. Na pluralidade interessa-nos especi­ficamente a “qualidade pastoral”.

Por enquanto, portanto, não os outros aspectos também importantes: o problema dos destinatários, o redimensionamento das obras, a inculturação da missão, a revisão da comuni­dade religiosa, o relançamento da Família Salesiana, ou qualquer outro assunto interessante, mas, especificamente e em profundidade, a qualidade da nossa pastoral na educação dos jovens de hoje à fé. A fidelidade à missão de Dom Bosco requer que se desperte nas nossas mentes e em cada comunidade o ardor e a genuinidade da competência pastoral, sob o influxo do poder do Espírito Santo.

A mesma avaliação a ser feita ou a análise da realidade onde trabalhamos deve ser vista de uma perspectiva “pastoral”, sem pré-compreensões ideológicas que possam instrumentalizar sub-repticiamente as conclusões a que se chega. Portanto, não simplesmente uma análise feita com critérios alheios à nossa missão, mas uma “visão pastoral” da mesma, que só pode brotar de uma avaliação evangélica e eclesial. Não se trata de julgar uma riqueza de vida, a da fé, que ultrapassa as fronteiras da ciência e dos sistemas sociopolíticos. A fé não pode ser vista e examinada em sua reali­dade profunda (no seu início e no seu crescimento) a não ser pelos próprios fiéis que fizeram dela o ponto alto, capaz de ilu­minar todos os seus valores.

Por isso será bom contemplar, na oração e na imitação, a Virgem Maria, que foi definida pelo Evangelho “Aquela que acre­ditou”, e que expressou no Magnificai a sua maneira evangélica de avaliar a história. Solenemente, nós nos entregamos a Ela no início do CG 22. Estamos convencidos de que Ela “está presente entre nós e continua a sua ‘missão de Mãe da Igreja e Auxilia­dora dos Cristãos’. Entregamo-nos confiantes (também hoje e para o CG 23) a Ela, a humilde serva na qual o Senhor operou coisas grandiosas, para nos tornarmos entre os jovens testemu­nhas do amor inexaurível do seu Filho”.[[44]](#footnote-44)

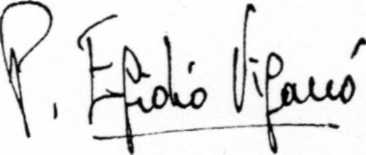
Dom Bosco alcance-nos de Nossa Senhora o sen­tido vivo de Cristo, o ardor apostólico para comunicar os benefícios do Seu grande Mistério, a inteligência criativa e a competência pedagógica para educar os jovens à fé em Cristo como resposta aos prementes desafios dos tempos.

Trabalhemos com entusiasmo!

O tema proposto é estrategicamente vital.

Cordiais saudações e votos de bem.

No Senhor,



Pe. Egídio Viganò

Reitor-Mor

1. E. CERIA, *Annali,* vol. 1, p. 313. [↑](#footnote-ref-1)
2. Const. 146. [↑](#footnote-ref-2)
3. Cf. Ib. 146. [↑](#footnote-ref-3)
4. Cf. LG 9. [↑](#footnote-ref-4)
5. Const. 146. [↑](#footnote-ref-5)
6. Const. 150. [↑](#footnote-ref-6)
7. Reg. 112. [↑](#footnote-ref-7)
8. Reg. 113. [↑](#footnote-ref-8)
9. Reg. 111. [↑](#footnote-ref-9)
10. Const. 146. [↑](#footnote-ref-10)
11. Reg. 111. [↑](#footnote-ref-11)
12. Const. 147. [↑](#footnote-ref-12)
13. GS 4. [↑](#footnote-ref-13)
14. 11 de outubro de 1962. [↑](#footnote-ref-14)
15. Const. 6. [↑](#footnote-ref-15)
16. Const. 34. [↑](#footnote-ref-16)
17. IP 11. [↑](#footnote-ref-17)
18. Const. 34. [↑](#footnote-ref-18)
19. Reg. 7. [↑](#footnote-ref-19)
20. Cf. ACS 290. [↑](#footnote-ref-20)
21. IP 15. [↑](#footnote-ref-21)
22. GS 43. [↑](#footnote-ref-22)
23. Cg. ACG 324. [↑](#footnote-ref-23)
24. Jo 6,67-68. [↑](#footnote-ref-24)
25. Const. 38. [↑](#footnote-ref-25)
26. Const. 37. [↑](#footnote-ref-26)
27. Const. 37. [↑](#footnote-ref-27)
28. 11 de outubro de 1962. [↑](#footnote-ref-28)
29. *Libertatis conscientia* 81. [↑](#footnote-ref-29)
30. Const. 33. [↑](#footnote-ref-30)
31. Const. 49. [↑](#footnote-ref-31)
32. Cf. Const. 44-45. [↑](#footnote-ref-32)
33. Cf. Reg. 4. [↑](#footnote-ref-33)
34. Const. 44. [↑](#footnote-ref-34)
35. Const. 57. [↑](#footnote-ref-35)
36. Reg. 5. [↑](#footnote-ref-36)
37. Cf. Const. 5; Reg. 36. 38. 39. [↑](#footnote-ref-37)
38. Const. 170. [↑](#footnote-ref-38)
39. NB: confrontar com Const. 147. [↑](#footnote-ref-39)
40. Cf. Const. 171. [↑](#footnote-ref-40)
41. Const. 172. [↑](#footnote-ref-41)
42. Jo 5,4-5. [↑](#footnote-ref-42)
43. CGE 30. [↑](#footnote-ref-43)
44. Const. 8. [↑](#footnote-ref-44)